



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESA nas Regiões 01, 02 e 03, com duas aplicações.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O presente serviço busca manter as condições de higiene dos imóveis do TRESA, mantendo-os livres de pragas como insetos e animais que possam trazer risco a segurança e saúde dos usuários. Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro ou casos das pragas mencionadas.

2.2. Objetivos e Benefícios

A presente contratação visa a manutenção das condições de higiene dos imóveis da Região 1, 2 e 3, a disposição da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, mantendo a salubridade dos ambientes, com a mínima intervenção possível, afastando a possibilidade de incidência de formigas, baratas, aranhas, e ratos em todos os imóveis sob a responsabilidade do TRESA.

2.3. Alinhamento Estratégico

2.4.

SGP3

2.5. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntados no PAE n.45.256/2022.

2.6. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla imóveis próprios e locados sob a responsabilidade do TRESA. Os locais para execução dos serviços foram divididos em regiões que correspondem a um conjunto de cidades geograficamente próximas, conforme apresentado a seguir:

- Item 01 – Região 01:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	zona002@tre-sc.jus.br
2	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
3	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
4	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5	FLORIANÓPOLIS	1.850	Rua São Francisco, 234 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-140	12	48 3248 6609 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3222 8739 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3224 6751 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionam ento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
7	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	cgi-sa@tre-sc.jus.br
				29	48 3259 7187 / 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
				84	48 3259 6932 / 48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
11	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200- 000	31	48 3263 0698 / 48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br

- Item 02 – Região 02:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
12	ARARANGUÁ	184,45	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3524 0494 / 48 988076280	zona001@tre-sc.jus.br
13	BRAÇO DO NORTE	107,53	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750- 000	44	48 3658 4123 / 48 988054212	zona044@tre-sc.jus.br
14	CRICIÚMA	400	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado	10	48 3433 1347 / 48 988083028	zona010@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			- 88801-500			sc.jus.br
				92	48 3438 2502 / 48 988083357	zona092@tre-sc.jus.br
				98	48 3437 3574 / 48 988084754	zona098@tre-sc.jus.br
15	IÇARA	140	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3432 3174 / 48 988081566	zona079@tre-sc.jus.br
16	IMARUÍ	149	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3643 0134 / 48 988061409	zona062@tre-sc.jus.br
17	IMBITUBA	155	Av Santa Catarina, 186 - 88780-000	73	48 3255 1497 / 48 988070382	zona073@tre-sc.jus.br
18	LAGUNA	175,91	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3644 0703 / 48 988119642	zona020@tre-sc.jus.br
19	ORLEANS	372,22	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3466 1880 / 48 988128065	zona023@tre-sc.jus.br
20	SOMBRIÓ	120	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3533 0801 / 48 988058343	zona054@tre-sc.jus.br
21	TUBARÃO	360	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar - 88701-105	33	48 3626 7120 / 48 988045453	zona033@tre-sc.jus.br
				99	48 3626 6227 / 48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
22	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3525 0956 / 48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
23	URUSSANGA	108	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3465 3530 / 48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br

- Item 03 – Região 03:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
24	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330- 363	56	47 3367 4526 / 47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
				103	47 3398 4605 / 47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

						sc.jus.br
25	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	47 3345 1155 / 47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
26	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010- 150	3	47 3326 4850 / 47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
				88	47 3329 1999 / 47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
27	BRUSQUE	255,59	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350- 140	5	47 3396 6215 / 47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
				86	47 3355 6532 / 47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
28	GASPAR	110	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	47 3332 1256 / 47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
29	IBIRAMA	205,11	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	47 3357 3522 / 47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
30	INDAIAL	172,24	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	47 3333 3011 / 47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br
31	ITAJAÍ	490,8	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303- 170	16	47 3349 2941 / 47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
				97	47 3346 3531 / 47 988331702	zona097@tre-sc.jus.br
32	ITAPEMA	274,9	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	47 3268 0605 / 47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
33	ITUPORANGA	172,34	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	47 3533 1605 / 47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
34	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	47 3319 2252 / 47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br
35	RIO DO SUL	373	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-000	26	47 3521 4803 / 47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
				102	47 3521 4803 / 47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
36	TAIÓ	220	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	47 3562 0198 / 47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

37	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	47 3382 2837 / 47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
38	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	47 3544 0587 / 47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br

2.7. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.9. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC nas Regiões 01, 02 e 03, com duas aplicações.

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

A contratação será para 2 (duas) aplicação, considerando-se o período de garantia de 6 (seis) meses.

2.10. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.11. Parcelamento e Adjudicação

A presente contratação poderá ser parcelada em grupo de itens que correspondem às 3 (três) regiões definidas no Anexo II deste Projeto Básico, ou seja, cada grupo de item poderá ser adjudicado por licitantes diferentes.

2.12. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRESC.

2.12.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

A empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA.
- Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste Projeto Básico.
 - O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - Informação do local e data de expedição do atestado;
 - Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

referenciados no documento.

- c) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
- d) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.
 - i. Entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:
 - a. Empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - b. Sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
 - c. Gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;
 - d. Responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Conselho de Classe, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e
 - e. No caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.12.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.13. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se que a modalidade da licitação seja o Pregão Eletrônico do tipo menor preço.

2.14. Impacto Ambiental

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

2.15. Conformidade Técnica

Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado) ou norma(s) que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

2.16. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através dos respectivos e-mails e/ou telefones listados nas tabelas do Anexo II;
- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

2.17. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.17.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.17.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.17.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.17.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.17.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.18. Obrigações da Contratada

A Contratada ficará obrigada a:

- 2.18.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.
- 2.18.2. Apresentar antes de firmado o Contrato, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde:
 - a) Entregar juntamente com a lista as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.
- 2.18.3. Apresentar, antes de firmado o Contrato, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue com este fim, o visto no respectivo Conselho Regional de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no Conselho de origem.
- 2.18.4. Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:
 - a) Apresentar comprovação que a empresa possui contrato de coleta, transporte e de destino final das embalagens, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA; com apresentação conjunta da LAO (Licença Ambiental de Operação) da empresa que irá realizar o tratamento dos resíduos
 - b) Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART ou AFT, ou documento similar de acordo com o Conselho Profissional que esteja vinculado, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
 - c) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços deste Projeto Básico.
 - d) Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
 - e) Realizar aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP após o cumprimento das obrigações previstas no item 2.17.4;
- 2.18.5. Executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no endereço indicado neste Projeto Básico ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos prédios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos e-mails e/ou telefones constantes do Anexo II.
- 2.18.6. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESA para acompanhamento dos serviços.

- 2.18.7. Executar os serviços em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA ou normas posteriores que as venham substituir.
- 2.18.8. Utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental.
- 2.18.9. Realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendado nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante.
- 2.18.10. Garantir os serviços pelo período de 06 (seis) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESA.
- 2.18.11. Executar novamente os serviços, dentro do prazo de garantia, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do gestor do contrato.
- 2.18.12. Fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada.
 - 2.18.12.1. O comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.
- 2.18.13. Utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana.
- 2.18.14. Recomendar aos respectivos gestores do contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento.
- 2.18.15. Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional.
- 2.18.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 2.18.17. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 2.18.18. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.18.19. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.18.20. Executar a segunda aplicação em no máximo 60 (sessenta) dias após 6 (seis) meses da primeira aplicação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.19. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

O serviço de desinsetização abrange principalmente a prevenção contra incidência de baratas, formigas e aranhas.

Devem ser realizadas duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II, conforme abaixo detalhado:

- a) A primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.
- b) A segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:
 - i. Completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

Nos ambientes internos deverá ser utilizado gel com o princípio ativo “Imidacloprid”, de modo que não haja empecilhos para posterior ocupação. Nos ambientes externos deverá ser realizada a pulverização do produto nas áreas críticas definidas pelo aplicador, sendo obrigatória a aplicação no interior das caixas de gordura, de esgoto e ralos.

A desratização deverá se dar através do uso de iscas e, se necessário, pó de contato. As iscas utilizadas na desratização deverão possuir poder fulminante e impedir que os animais mortos exalem odor decorrente de decomposição.

A constatação da qualidade dos serviços especializados deve se dar durante a execução contratual, com atendimento aos procedimentos técnicos específicos e tendo como efeito a ausência de formigas, baratas, aranhas, e ratos, nos imóveis sob a responsabilidade do TRESC após a realização dos serviços e no período de garantia de 6 (seis) meses.

Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado), ou normas posteriores que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a essa contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

O código SIASG da contratação é 3417.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a essa contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Florianópolis, em 24 de novembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Contratada deverá realizar duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II, conforme abaixo detalhado:

- a) A primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.
- b) A segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:
 - i. Completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

A gestão e a fiscalização do Contrato serão exercidas pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, referente aos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central.

Em relação aos Cartórios Eleitorais, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas diretamente pelo(s) respectivo(s) Chefe(s) de Cartório, ou seu(s) substituto(s), individual ou coletivamente.

A gestão e fiscalização terão autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens deste Projeto Básico;
- c) Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços
- d) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial – SMP do TRESC, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica a cargo da Seção de Manutenção Predial a autorização para o início dos serviços e a orientação aos responsáveis pelos imóveis quanto ao agendamento prévio e demais providências a serem tomadas para a realização dos serviços.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho e do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no Processo Administrativo Eletrônico que originou a contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser previamente agendados, devendo ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e finais de semana, de modo a não interferir nas atividades da Justiça Eleitoral durante o expediente. Outros horários poderão ser combinados a critério dos Chefes de Cartório em cada localidade.

As áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas no Anexo II deste Projeto Básico. Caso haja mudança no endereço dos Cartórios a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.

1.3. Instrumentos Formais

Os instrumentos formais oriundos da presente contratação são os descritos a seguir:

- a) Certificado de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;
- b) O próprio contrato ou nota de empenho emitidos para formalizar a contratação, e,
- c) Demais documentos que registrem ocorrências no recebimento dos serviços, que podem ser materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento do bem.

1.4. Prazos de Garantia

O prazo de garantia do serviço é de 6 (seis) meses, para cada uma das aplicações, considerando, se necessário for, reaplicação e troca de iscas.

O acionamento e o acompanhamento da empresa para prestação do serviço de garantia é responsabilidade dos gestores do contrato durante a sua vigência:

- a) Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central: Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato,
- b) Cartórios Eleitorais: respectivos Chefes de Cartório, ou seus substitutos.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

A empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- e) Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto na RDC n. 622, de 09.03.2022, da ANVISA.
- f) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste Projeto Básico.
 - i. O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - d. Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - e. Informação do local e data de expedição do atestado;
 - f. Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- g) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
- h) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i. Entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:
 - f. Empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - g. Sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
 - h. Gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;
 - i. Responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Conselho de Classe, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e
 - j. No caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (dez por cento) sobre o valor total do objeto;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea "c" do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Lista de imóveis por região

- Item 01 – Região 01:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	zona002@tre-sc.jus.br
2	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
3	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
4	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
5	FLORIANÓPOLIS	1.850	Rua São Francisco, 234 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-140	12	48 3248 6609 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3222 8739 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3224 6751 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionamento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
7	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	cgi-sa@tre-sc.jus.br
				29	48 3259 7187 / 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
				84	48 3259 6932	zona084@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					/ 48 988082982	@tre- sc.jus.br
11	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200- 000	31	48 3263 0698 / 48 988137758	zona031 @tre- sc.jus.br

- Item 02 – Região 02:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
12	ARARANGUÁ	184,45	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3524 0494 / 48 988076280	zona001 @tre- sc.jus.br
13	BRAÇO DO NORTE	107,53	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750- 000	44	48 3658 4123 / 48 988054212	zona044 @tre- sc.jus.br
14	CRICIÚMA	400	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3433 1347 / 48 988083028	zona010 @tre- sc.jus.br
				92	48 3438 2502 / 48 988083357	zona092 @tre- sc.jus.br
				98	48 3437 3574 / 48 988084754	zona098 @tre- sc.jus.br
15	IÇARA	140	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3432 3174 / 48 988081566	zona079 @tre- sc.jus.br
16	IMARUÍ	149	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3643 0134 / 48 988061409	zona062 @tre- sc.jus.br
17	IMBITUBA	155	Av Santa Catarina, 186 - 88780-000	73	48 3255 1497 / 48 988070382	zona073 @tre- sc.jus.br
18	LAGUNA	175,91	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3644 0703 / 48 988119642	zona020 @tre- sc.jus.br
19	ORLEANS	372,22	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3466 1880 / 48 988128065	zona023 @tre- sc.jus.br
20	SOMBRIÓ	120	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3533 0801 / 48 988058343	zona054 @tre- sc.jus.br
21	TUBARÃO	360	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar -	33	48 3626 7120 / 48 988045453	zona033 @tre- sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

			88701-105	99	48 3626 6227 / 48 988090873	zona099@tre-sc.jus.br
22	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3525 0956 / 48 988052543	zona042@tre-sc.jus.br
23	URUSSANGA	108	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3465 3530 / 48 988051711	zona034@tre-sc.jus.br

- Item 03 – Região 03:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
24	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	47 3367 4526 / 47 988167104	zona056@tre-sc.jus.br
				103	47 3398 4605 / 47 988344311	zona103@tre-sc.jus.br
25	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	47 3345 1155 / 47 988183693	zona068@tre-sc.jus.br
26	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	47 3326 4850 / 47 988123983	zona003@tre-sc.jus.br
				88	47 3329 1999 / 47 988264173	zona088@tre-sc.jus.br
27	BRUSQUE	255,59	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	47 3396 6215 / 47 988125787	zona005@tre-sc.jus.br
				86	47 3355 6532 / 47 988222394	zona086@tre-sc.jus.br
28	GASPAR	110	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	47 3332 1256 / 47 988182226	zona064@tre-sc.jus.br
29	IBIRAMA	205,11	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	47 3357 3522 / 47 988131894	zona014@tre-sc.jus.br
30	INDAIAL	172,24	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	47 3333 3011 / 47 988133814	zona015@tre-sc.jus.br
31	ITAJAÍ	490,8	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	47 3349 2941 / 47 988135376	zona016@tre-sc.jus.br
				97	47 3346 3531 /	zona097@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					47 988331702	@tre-sc.jus.br
32	ITAPEMA	274,9	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	47 3268 0605 / 47 988279328	zona091@tre-sc.jus.br
33	ITUPORANGA	172,34	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	47 3533 1605 / 47 988157814	zona039@tre-sc.jus.br
34	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	47 3319 2252 / 47 988192916	zona106@tre-sc.jus.br
35	RIO DO SUL	373	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-000	26	47 3521 4803 / 47 988143125	zona026@tre-sc.jus.br
				102	47 3521 4803 / 47 988343344	zona102@tre-sc.jus.br
36	TAIÓ	220	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	47 3562 0198 / 47 988161097	zona046@tre-sc.jus.br
37	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	47 3382 2837 / 47 988153986	zona032@tre-sc.jus.br
38	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	47 3544 0587 / 47 988171199	zona057@tre-sc.jus.br